

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E A QUESTÃO DO DESENVOLVIMENTO

Celso Antonio Favero¹

Resumo: Este trabalho tem como perspectiva contribuir para a interpretação das relações entre o desenvolvimento (sustentável) e os movimentos sociais. Trata-se de uma abordagem teórico-metodológica através da qual se tenta definir o lugar e o papel dos movimentos sociais nas dinâmicas do desenvolvimento. Parte-se do pressuposto que a idéia de desenvolvimento emergiu do campo de tensões que forjou a modernidade, onde se opõem Estado e sociedade civil, regulação social e emancipação social e globalização e localização; supõe-se também que a questão do desenvolvimento é objeto de uma disputa entre Estado, mercado e comunidade. Desse quadro, emergem três grandes abordagens a respeito das relações entre movimentos sociais e desenvolvimento: enquanto a primeira enfatiza a dimensão econômica, a segunda reforça a sua dimensão política e a última, finalmente, se apóia na dimensão social. Para a realização do trabalho, apelou-se para três questões chaves. O trabalho foi estruturado em três momentos. No primeiro, numa abordagem histórica, se define os marcos que fundam uma interpretação economicista do desenvolvimento. No segundo, com o propósito de definir que agentes elaboram a idéia de desenvolvimento, tece-se o quadro do debate atual a respeito do tema. Finalmente, na terceira parte, com o objetivo de pensar o desenvolvimento numa perspectiva humana, aponta-se para a necessidade de recriar a sociedade e a política. Conclui-se, enfim, que o desenvolvimento focado no humano é essencialmente anti-sistêmico e que ele tem como agente principal os movimentos que criam a sociedade civil.

Palavras-chaves: Desenvolvimento, Movimentos sociais, Participação, Vida digna

¹ PhD em Sociologia pela Université du Québec à Montréal, professor na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE).

1 INTRODUÇÃO

*"Se não estivermos lá também nós,
eles acabam fazendo uma república.
Se queremos que tudo fique como está,
é preciso que tudo mude"²*

Ao longo do século XX, sobretudo após 1930, o tema do desenvolvimento entrou definitivamente nas agendas dos debates políticos no Brasil. Após ter atravessado momentos de grande evidência, sucedidos por outros de refluxo, atualmente, com a eleição de um governo oriundo dos movimentos sociais, que sempre defendeu o primado do nacional (local) contra o global, a questão do desenvolvimento reassume um lugar central, solicitando novas reflexões. É, de certo modo, como se ela se recolocasse como problema novo, ou, pelo menos, como problema ainda não resolvido. Isso ocorre particularmente no que tange às relações entre desenvolvimento local e desenvolvimento global, e aos vínculos que são forjados entre os seus diversos agentes, sobretudo entre os movimentos sociais e o Estado, de um lado, e, de outro, entre os agentes econômicos e sociais.

Atualmente, os estudiosos são quase unânimes em considerar que se vive um momento de crise sistêmica ou, como alguns argumentam, de crise paradigmática. Tanto os modos tradicionais de abordar as realidades contemporâneas, quanto os modos tradicionais de ser e de viver nessas realidades, já não se sustentam facilmente, gerando situações de perplexidade. Qual seria, para os agentes no mundo atual, o futuro desejável? É nessas circunstâncias que, novamente, a história, esta fonte inesgotável de respostas, poderá vir em socorro dos que investem na busca de explicações para os problemas do mundo atual e para os que olham para o futuro da humanidade. Foi com base neste pressuposto que se estruturou este trabalho. Ele tem por base quatro pilares ou premissas.

Primeiro, seguindo a abordagem formulada por SANTOS (2002), argumenta-se que a história moderna foi estruturada a partir de três tensões dialéticas, que opõem Estado e sociedade civil, regulação social e emancipação social e, finalmente, globalização e Estadação ou localização. De acordo com SANTOS (2002), que resgata nesse aspecto a teoria do “sistema mundo” desenvolvida por WALLERSTEIN (1989), o modelo político da

² LAMPEDUSA, Tomasi di. **O Leopardo**. Porto Alegre: L&PM Editores, 1983.

modernidade ocidental tem como base Estados-nações soberanos, que coexistem num sistema internacional formado por Estados igualmente soberanos, dando origem ao sistema interestatal. Na medida em que estas relações demarcam as fronteiras do campo de tensões que fundam a modernidade, as outras duas, ou as que opõem regulação social e emancipação social e Estado e sociedade civil, têm também como campo privilegiado de expressão os espaços nacionais, e apenas secundariamente o espaço global. No entanto, desde as últimas décadas do século XX, com o neoliberalismo, o peso do eixo pende para a globalização.

É importante salientar que, a partir desse quadro, desdobra-se uma larga gama de alternativas de combinações entre sujeitos e pontos de tensão, o que favorece a emergência de uma pluralidade de experiências internacionais, nacionais e infranacionais em termos, por exemplo, de estratégias de desenvolvimento. Ou, dito de outro modo, a estruturação da idéia de desenvolvimento decorre essencialmente das formas como se articula em termos de representação e de materialização as relações entre essas inúmeras tensões.

Segundo, por detrás dessas tensões, atuam agentes ou sujeitos pretensamente universais – o Estado, o Mercado e a Comunidade³ –, que mantém entre si relações de tensão, pendendo em determinados momentos para o equilíbrio e, em outros, para a negação de alguns deles. Na história da teoria política moderna, a configuração de cada um desses três sujeitos ocorreu em tempos diferentes. Assim, enquanto a idéia de Estado que perdura ainda hoje tem origem na teoria desenvolvida por Hobbes, a concepção do mundo vista da perspectiva do mercado encontra as suas origens em Locke e, finalmente, foi Rousseau quem melhor desenvolveu a idéia de um mundo fundado na Comunidade. Nesse contexto, ao longo dos últimos séculos, o debate a respeito do desenvolvimento teve como base uma questão que se tornou clássica: quem promove o desenvolvimento? O que se pode dizer é que, em termos gerais, particularmente na medida em que as ciências econômicas e sociais tornaram-se caudatárias das ciências naturais, particularmente da biologia, herdando a idéia de evolução natural, acabou-se de certo modo naturalizando as mudanças sociais operadas pelos conflitos e, assim, também, a idéia de desenvolvimento. Nesse sentido, não há, propriamente, um agente do desenvolvimento. Ou seja, considerou-se que da mesma

³ O termo comunidade é aqui concebido com base na teoria rousseauiana do Contrato Social, que em geral poderia ser tomada como sinônimo de sociedade civil. Numa perspectiva gramsciana, este é o espaço tanto do consenso quanto da luta pela hegemonia.

maneira que ocorre no mundo biológico, também na sociedade, o desenvolvimento se define como uma evolução que obedece as leis da natureza. A abordagem economicista do desenvolvimento, hegemônica durante os últimos séculos, manteve esse tipo de enfoque.

Terceiro, no percurso histórico, esses conjuntos de tensões se concentraram no eixo que liga o Estado ao mercado, pendendo ora para um dos pólos, ora para o outro. Nesse sentido, enquanto a comunidade foi tratada como agente passivo ou como mera beneficiária do desenvolvimento, o Estado e o mercado revezaram-se no controle quase absoluto do conjunto da realidade e das dinâmicas. Ou, como se poderia sustentar seguindo os passos de Hobsbawn no livro “A era dos extremos”, a história moderna transcorreu como uma sucessão de ditaduras, ora políticas (todo poder ao Estado), ora econômicas (todo poder ao mercado), que se autodefiniram como agentes exclusivos do desenvolvimento, dando origem a uma realidade aparentemente homogênea. Durante quase todo o último século, a visão do futuro desejável concentrou-se na figura do Estado nacional. Isso não impediu, no entanto, que esse mesmo século se fechasse sob a hegemonia do mercado. É assim que, atualmente, do ponto de vista lógico, o futuro da humanidade se traduz como a expansão da globalização neoliberal.

Quarto, a definição do lugar dos movimentos sociais no contexto do desenvolvimento decorre do modo como se concebem a estrutura de relações entre, de um lado, as tensões básicas que forjaram a modernidade e, de outro, as tensões que opõem os três sujeitos históricos. Ou seja, pode-se dizer que o lugar, o papel e o significado dos movimentos sociais nas dinâmicas do desenvolvimento se definem em função de quem é o sujeito que detém a primazia na determinação dos rumos dos processos e de qual dos pólos das tensões básicas da modernidade detém a hegemonia. No percurso histórico, os movimentos sociais transitaram de um para outro pólo, do Estado para o mercado, ou vice-versa, de modo que a própria idéia de desenvolvimento ganhou diferentes conotações.

Que idéias de desenvolvimento emergiram desses processos? De um modo geral, o desenvolvimento foi considerado como sinônimo de evolução, crescimento e progresso. Além disso, herdou-se das ciências naturais a idéia de que o desenvolvimento constitui-se como uma evolução natural, sendo assim comandado por forças extrínsecas, de onde se deriva a concepção de que todos os países se desenvolvem do mesmo modo e que, assim, os países desenvolvidos detém a receita do desenvolvimento. Das ciências econômicas

herdou-se, por sua vez, a equivalência entre desenvolvimento e crescimento. Nesse sentido, a medida do desenvolvimento passou a ser traduzida em termos de montante de capital acumulado ou de Produto Interno Bruto (PIB). Como consequência, as sociedades foram hierarquizadas numa linha ascendente, que partia do menos para o mais desenvolvido.

Partindo dessas idéias, neste trabalho, numa perspectiva histórica, define-se o que seria a perspectiva economicista do desenvolvimento; em seguida, elabora-se o quadro com as principais abordagens do desenvolvimento no contexto atual e das suas relações com os movimentos sociais; finalmente, atentando para os futuros possíveis, elaborando-se algumas idéias para um projeto de desenvolvimento centrado no humano, que requer a reconstrução da sociedade e da política.

2 O DESENVOLVIMENTO: OU COMO NASCE UM PROBLEMA

Durante o último século, o conceito de desenvolvimento tornou-se objeto de abordagens e definições diversas, que têm a ver com as tradições culturais e teóricas em que se fundam, com as localidades e os momentos históricos que favoreceram a sua emergência e legitimação e, também, com os conflitos que o tiveram como objeto. Trata-se de um conceito que tem origem no seio da própria economia liberal, de modo que o objetivo do desenvolvimento sempre foi o de apontar caminhos para a reprodução do capitalismo. Mas, desde o seu nascimento, ele tornou-se o centro de grandes conflitos, dando origem a diversas teorias do desenvolvimento.

Isso significa que não se trata de um conceito neutro. Assim, no último século, apesar de ter predominado a idéia de que o desenvolvimento é uma função do Estado, que para isso favorece as dinâmicas de industrialização, no seu término, assistiu-se a vitória do mercado. Em ambos os casos, o desenvolvimento significou o crescimento do capital. Mas, ao mesmo tempo, no meio das turbulências que ele provocou e nas margens dos processos que se tornaram hegemônicos durante este longo percurso, insistentemente, teimosamente, foram delineados alguns dos contornos do que se poderia designar um desenvolvimento centrado no humano e criador de vida digna.

2.1 O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: OU COMO NÃO SE RESOLVE UM PROBLEMA

O conceito de desenvolvimento tal como o conhecemos, nasceu no século XVIII, na Europa, com o objetivo de explicar as mudanças econômicas produzidas pelos processos de industrialização. Ele substituiu, segundo RIST (1996), a antiga oposição colonizador/colonizado (entre ambos havia um abismo intransponível, já que eram política e juridicamente distintos) pelo binômio desenvolvido/subdesenvolvido (ambos são política e juridicamente iguais, mas se situam em pontos distintos de um *continuum* de caráter social e econômico). Desenvolvimento significa, assim, crescimento, progresso ou evolução do capital. Além disso, enquanto dinâmica, trata-se de um processo natural, que tem a sua origem em forças extrínsecas (a natureza), mas cujo *habitat* é o mercado. Ou, em outros termos, nesse sentido, o desenvolvimento é um problema econômico que se resolve no âmbito dos mercados.

Durante todo o século XX, porém, predominou a idéia de que o desenvolvimento tem no Estado a sua força organizadora e na indústria a força motriz. Dispondo desses dois instrumentos, considerava-se que a burguesia abriria espaços para a participação no poder dos trabalhadores, o que seria realizado particularmente através da estatização dos sistemas de seguridade social e, assim, de uma certa redistribuição do produto do trabalho. Contribuiu para a difusão desse modelo o fato de que a crise de 1930 fez desaparecer a confiança num processo de desenvolvimento estável e em longo prazo. Ou seja, a crise colocou no centro dos debates as questões da estagnação e da ruptura de modelos econômicos. Foi então que a teoria keynesiana se impôs como uma espécie de resposta para a crise, sem, todavia, romper com o capitalismo. De acordo com Keynes, a continuidade do processo de desenvolvimento econômico dependeria de uma correta política de Estado, que deveria selecionar e manter sob controle algumas variáveis e até mesmo aumentar o gasto público em períodos de crise e de crescimento do desemprego.

Operava-se desse modo um deslocamento do eixo no entendimento do problema do desenvolvimento, transferindo o seu fulcro do mercado para o estado, que se transformava no seu agente principal. Mas, na medida em que se atribuía ao estado o monopólio da

estruturação e gestão da seguridade social, o desenvolvimento passava a ser concebido como tributário desta, de modo que “desenvolver” passava a significar também produzir coesão social – o que seria obtido através do “pleno emprego” – ou ainda enfrentar o problema da desigualdade e da pobreza. Embutida nessa idéia estava a crença de que a pobreza das populações seria superada na medida em que os países se industrializassem. Articulava-se, assim, uma pretensa “cientificidade” com fins éticos, o que é, segundo OLIVEIRA (1987), pelo menos indefensável.

Mas, a ideologia do desenvolvimento não serviu apenas para justificar e propor soluções para a questão da pobreza. Após a Segunda Guerra Mundial, o conceito de desenvolvimento subordinou-se também à estrutura e à dinâmica de um mundo bipolar, no contexto da chamada Guerra Fria. Ou seja, nos debates a respeito dos termos e das estratégias para a construção de uma nova ordem mundial que tinha por base à teoria keynesiana, subordinou-se, como nunca antes, a idéia de desenvolvimento à de segurança nacional. Desde então, o desenvolvimento passou a ser uma questão nacional, que deveria ser coordenada pelos Estados, tendo como objetivo criar uma sociedade mais coesa e segura contra a aventura comunista, e cujo motor era a industrialização.

No plano internacional, com base nessa visão, os países foram hierarquizados e situados uns em relação aos outros em uma escala que distinguia os mais dos menos desenvolvidos, ou os modernizados dos atrasados. Para definir o lugar de cada país na estrutura do desenvolvimento, utilizou-se como critérios, por exemplo, o grau de industrialização, a quantidade de PIB, o PIB *per capita*, além de outros. De acordo com estas teorias, para desenvolver-se ou superar o atraso, os países subdesenvolvidos deveriam seguir os passos dos países desenvolvidos, que eram transformados em exemplos do bem e do bom, e que tinham sabido, através do planejamento, desenvolver-se. Dito de outro modo, toda estratégia de desenvolvimento deveria ser pautada num rígido planejamento, mas cujo modelo era dado pelos países centrais.

Uma das grandes contribuições introduzidas nos estudos do desenvolvimento a partir dos anos 50 foi dada pelo economista francês François Perroux⁴. As suas idéias

⁴ Da obra de François Perroux, para este tema, o livro básico é «L’Economie du XXe Siècle». A sua contribuição mais significativa no debate a respeito do desenvolvimento diz respeito à introdução da noção de «pólos de crescimento». De acordo com Perroux, os polos são espaços geográficos ou conjuntos econômicos que geram diferentes atividades induzidas ou causadas pela inter-relação entre as indústrias lá instaladas. Ao

básicas eram: 1) o desenvolvimento tem como base o planejamento; 2) o planejamento tem a coordenação dos Estados; 3) os espaços nacionais são heterogêneos, do que decorre que as estratégias de desenvolvimento são portadoras desta heterogeneidade; 4) em termos de planejamento estratégico, primeiramente, divide-se o espaço nacional em regiões; 5) em seguida, tendo como substrato à idéia de que, de um lado, o desenvolvimento é sempre o desenvolvimento nacional e, de outro, de que em termos estratégicos ele se faz a partir de regiões, implanta-se os chamados Pólos de Desenvolvimento; 6) como desdobramento, paulatinamente, estes Pólos irradiarão a lógica ou a racionalidade moderna ou do capital e, assim, o desenvolvimento capitalista.

É importante salientar ainda que, embora essas análises tenham se voltado para as economias dos países centrais, as suas conclusões e recomendações foram acolhidas também nos países periféricos, dando origem ao chamado modelo desenvolvimentista. Foi assim que se disseminou nesses países a idéia de que os países atrasados poderiam ascender ao desenvolvimento por meio da industrialização através da substituição de importações. A América Latina tornou-se, naquele momento, num dos grandes laboratórios para o desenvolvimento das teorias desenvolvimentistas. Nessa região, tanto a economia quanto à sociologia do desenvolvimento, nas suas perspectivas liberais e marxistas, foram profundamente influenciadas pela produção teórica e analítica desenvolvida pela CEPAL desde o final dos anos 1940, que por seu turno banhava-se nas águas das grandes teorias do desenvolvimento difundidas a partir dos países do centro⁵.

Essas teorias já foram objeto de inúmeras críticas. De acordo com OLIVEIRA (1987), por exemplo, na perspectiva proposta pela CEPAL, elaborou-se o estranho mundo da dualidade, ao mesmo tempo em que se desembocou na ideologia do círculo vicioso da pobreza. Essa dualidade reconciliava o suposto rigor científico das análises com a consciência moral, conduzindo a proposições reformistas. Além disso, com base nessas teorias, a relação dos movimentos sociais com o desenvolvimento é completamente

favorecer o centro de um pólo de crescimento, o governo permitirá a toda economia circundante de aproveitar os efeitos benéficos do desenvolvimento do pólo. Com base nessas idéias, ganha crescente importância toda a teoria do desenvolvimento regional, que atribui ao Estado o papel de planejador e propulsor.

⁵ A respeito da produção da CEPAL, nas suas várias correntes de pensamento, já foram feitos inúmeros balanços, um dos quais, e talvez o mais importante, é o trabalho organizado por Bielschowsky e publicado no Brasil pela Editora Record. Ver: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Vol I e II. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Record, 2000.

secundária, de modo que se entende o desenvolvimento social como simples consequência do crescimento econômico.

2.2 O DESENVOLVIMENTO SOCIAL: OU NOVAS PONDERAÇÕES CIENTÍFICAS

Com a crise de 1930, o desenvolvimento deixava de ser um problema exclusivamente econômico para se expressar também como um problema de sociedade. Foi assim que, estudiosos como Talcott Parsons nos Estados Unidos, Rodolfo Stavenhagen no México, e tantos outros em todos os cantos do mundo, por caminhos diferentes, deram origem às chamadas sociologias do desenvolvimento⁶, como se tornaram conhecidas ainda durante os anos 1950. Na América Latina, naquele contexto, a sociologia do desenvolvimento propunha-se, de algum modo, elaborar um contraponto à economia do desenvolvimento, que chegava ao seu apogeu. No Brasil, naquele cenário, ganharam ênfase dois tipos de abordagens sociológicas: o primeiro, de caráter mais propriamente teórico ou conceitual, através da qual se distinguem noções como as de desenvolvimento, modernização, mudança, evolução e progresso social; o segundo, de caráter mais precisamente aplicado, propunha-se a contribuir para a análise e a elaboração de estratégias visando fornecer caminhos para o desenvolvimento nacional.

No Brasil, dois autores se destacaram nesse debate. O primeiro foi Luiz de Aguiar Costa Pinto⁶; o outro foi Florestan Fernandes. Costa Pinto começou distinguindo os conceitos de “modernização” e “desenvolvimento”. Para o autor, enquanto a modernização é por princípio não planificável, o desenvolvimento requer a planificação. O desenvolvimento é então concebido como (...) *uma série de transformações intencionalmente introduzidas em diferentes esferas e setores daquelas sociedades que se atrasaram em relação ao ritmo de avanço da ‘revolução industrial’ dos tempos modernos, a fim de atender às crescentes e legítimas aspirações de suas populações e assim superar,*

⁶ A respeito desse tema, ver GOUSSAULT, Yves e GUICHAOUA, Andre. La sociologie du développement. In: DURAND, Jean-Pierre e WEIL, Robert. **Sociologie contemporaine**. Paris: Vigot, 1994. P.395-414.

⁶ Da obra de L. A. Costa Pinto, convém destacar «Sociologia e Desenvolvimento», publicado pela Civilização Brasileira, que se tornou um clássico na área. A respeito deste autor, ler ainda: CHOR MAIO, Marcos e VILLAS BÓAS, Gláucia (Org.). **Ideais de modernidade e sociologia no Brasil. Ensaio sobre Luis de Aguiar Costa Pinto**. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, 1999.

em curto prazo, os índices de atraso que caracterizam a sua posição na sociedade internacional (...) (COSTA PINTO, 1970, p. 31). Três ordens de problemas definiam o foco de interesse da sociologia na análise do desenvolvimento: as condições sociais, as implicações sociais e o desenvolvimento em si, como processo social e histórico. Desse modo, Costa Pinto define o objeto da sociologia do desenvolvimento como “*a realidade humana, um conjunto de relações sociais cotidianas e concretamente vividas, uma estrutura social e um estilo de vida*” (COSTA PINTO, 1980, p. 100).

A sociologia do desenvolvimento vista por Costa Pinto mantém, assim, vínculos estreitos com as idéias modernas vertidas pela economia do desenvolvimento, de modo que, de um lado, a comunidade societal continua sendo o estado nacional e, de outro, a industrialização continua sendo percebida como o motor do desenvolvimento. Além disso, ele não consegue desvincular-se totalmente da perspectiva evolucionista, de modo que o desenvolvimento continua sendo tratado como um *continuum*. No entanto, na medida em que aborda a sociedade como uma realidade heterogênea e multidimensional, ele trata o desenvolvimento como um processo desigual e combinado, rompendo com a visão dicotômica, que separa mecanicamente o moderno do atrasado.

Florestan Fernandes segue mais ou menos pelos mesmos caminhos, embora ele coloque em destaque a perspectiva teórica da sociologia do desenvolvimento. De acordo COSTA PINTO (1980, p. 317),

(...) o desenvolvimento social define-se como a “multiplicação das formas de interação numa determinada sociedade, acompanhando o desenvolvimento cultural. Trata-se de um conceito inclusivo, que compreende todos os fenômenos de mudança que ocorrem através da diferenciação estrutural e da reintegração funcional de sistemas sociais globais concretos, considerados em condições particulares de tempo e espaço. Por isso, ele abrange os aspectos dinâmicos das alterações da estrutura, da organização e dos mecanismos de controle de dado sistema social em certo lapso de tempo (...).

Mais precisamente, o desenvolvimento social constitui-se como uma “*forma histórica pela qual os homens lutam, socialmente, pelo destino do mundo em que vivem, com os ideais correspondentes de organização da vida humana e de domínio ativo crescente sobre os fatores de desequilíbrio da sociedade de classes*” (COSTA PINTO, 1980, p. 339).

Com Florestan Fernandes, articula-se de modo mais explícito o desenvolvimento nas suas dimensões econômica, social e cultural. Além disso, em virtude dos vínculos mantidos por este estudioso com os movimentos sociais, pela primeira vez, abre-se espaços para a emergência de agentes sociais heterogêneos, organizados de modos distintos e com projetos distintos. É com base nessa sociologia que, na década de 70, após sofrer novas transformações, torna-se possível identificar o desenvolvimento local não mais em termos de escala, articulado num *continuum*, no qual o regional era percebido como infranacional, mas como projeto distinto. Tornava-se assim possível elaborar outras abordagens do desenvolvimento, que gradualmente se confundem com os estudos a respeito do desenvolvimento sustentável.

Na medida em que o desenvolvimento deixa de ser um problema exclusivo da economia e se transformava numa questão complexa, portadora de diversas dimensões, inclusive a dimensão social, atribuía-se um novo significado e uma importância maior aos movimentos sociais na sua produção. Mas, ao mesmo tempo, na medida em que a economia mantinha a sua posição de determinante em última instância das dinâmicas do sistema capitalista, os movimentos sociais continuavam sendo considerados tributários das dinâmicas econômicas. Além disso, na medida em que predominava uma visão industrialista e classista da sociedade, identificava-se como movimentos sociais unicamente aqueles que tinham origem no âmbito da produção, perdendo de vista as inúmeras formas de subordinação criadas pelo capital e que davam origem a distintas contradições e conflitos no seio da sociedade. O enfrentamento desses problemas no âmbito teórico ocorreria particularmente a partir dos anos 1970, quando se tentava explicar as dinâmicas geradas pelos novos movimentos sociais. O discurso da sustentabilidade, típico do final do século XX, encontrou campo fértil a partir dessas transformações.

3 A SUSTENTABILIDADE: A PRODUÇÃO DE UM DISCURSO

3.1 A MULTIPLICAÇÃO DAS DIVERGÊNCIAS

O discurso da sustentabilidade teve origem em movimentos rebeldes surgidos ainda no final do século XIX e disseminados, sobretudo, entre 1920 e 1930, nos Estados Unidos, Europa e Japão, propondo a valorização do potencial biológico e vegetativo dos processos produtivos, opondo-se assim ao crescimento no uso de produtos químicos na agricultura (EHLERS, 1999). No curso das últimas décadas, tomadas pela síndrome do esgotamento das riquezas naturais, e como resposta aos movimentos ambientalistas, as elites capitalistas mundiais, capitaneadas pela tecnoburocracia vinculada a governos nacionais, grandes corporações transnacionais e organismos multilaterais, apropriou-se deste discurso e promoveram a idéia de desenvolvimento sustentável, através do qual elas pretendiam ajustar os meios para preservar a base material de reprodução do capital (ACSELRAD, 1999). O discurso da sustentabilidade nascia assim centrado na idéia de preservação ambiental, o ambiente sendo entendido no seu aspecto físico. Tratava-se de um discurso contra a escassez de recursos naturais, a ser enfrentada através de políticas de redução do consumo desses recursos.

Durante os anos 80, sobretudo após a criação da Comissão Brundtland (que desenvolveu suas atividades entre 1983 e 1987) pela ONU, introduziu-se a idéia do desenvolvimento sustentável que, pouco a pouco, foi transformada num dos objetos centrais de preocupação de organismos internacionais. Em torno dela, a ONU realizou inúmeras conferências, como a do Rio de Janeiro, em 1992, e a de Johannesburgo, em 2002. Até o início dos anos 1990, e mesmo por ocasião da Conferência do Rio de Janeiro, o desenvolvimento sustentável era tratado exclusivamente como estratégia de enfrentamento da escassez/finitude dos recursos naturais do planeta e, assim, da diminuição do seu consumo. Desde então, desencadeou-se uma nova dinâmica neste panorama, puxada por um conjunto de novos movimentos sociais, que passaram a atuar em âmbito global.

A emergência da questão ambiental no cenário político favoreceu o aparecimento de uma vasta gama de movimentos sociais de caráter ambientalista e, inclusive, a articulação

de alguns deles com os então denominados novos movimentos sociais. Esta articulação deu origem a novos enfoques do desenvolvimento sustentável, mais complexos, de modo que, pouco a pouco, ele passa a integrar dimensões como a da sustentabilidade social e política. Esta nova consciência, difundindo-se, gera novas forças e novas concepções que passam a exercer pressão e a influenciar setores hegemônicos, tanto no nível dos governos quanto de agências internacionais e de grupos econômicos. Desde então, o desenvolvimento sustentável passa a ser tratado também como uma questão social e política, e não mais unicamente como um problema apenas ambiental. A Agenda 21, por exemplo, introduz no seu capítulo três o problema da pobreza e de seu enfrentamento como um dos elementos centrais que compõem o desenvolvimento sustentável (BARBIERI, 1997).

No Brasil, desde 1991, o problema do desenvolvimento sustentável ocupa cada vez mais espaços nos debates políticos, em documentos oficiais, em estudos acadêmicos, em programas de organismos públicos e de empresas privadas e na mídia. No ano 2000, por exemplo, o PNUD publicou o Relatório Final da “Agenda de Desenvolvimento Humano e Sustentável para o Brasil do Século XXI”. Neste documento, duas coisas chamam a atenção: primeiro, a articulação que é feita entre as Agendas Social (o desenvolvimento sustentável é uma forma de combater a pobreza), Política (centrada no Estado, que é chamado a reformar-se) e de Desenvolvimento Sustentável, dando a entender que a promoção do desenvolvimento depende da implementação de programas integrados; segundo, no enfoque dado no âmbito das “medidas” a serem implementadas, nada menos que “21 referem-se diretamente à elevação do capital humano, percebido, portanto, como prioridade geral” (PNUD, 2000, p. 13). A educação é tida como o determinante na produção de capital humano.

Mas, apesar da quantidade de documentos publicados em todo o mundo envolvendo organismos internacionais, chefes de governos nacionais, organizações da sociedade civil, grupos privados e academias, tornam-se cada vez mais evidentes as discordâncias existentes nesse plano, opondo duas concepções e três propostas de estratégias de desenvolvimento, e também o conteúdo dos documentos (intenções) e sua implementação. O resultado da Cúpula Mundial Sobre o Desenvolvimento Sustentável realizada em 2002 em Johannesburgo serviu no mínimo para deixar claro que existem divergências profundas entre chefes de governos e grandes agentes sociais, políticos e econômicos mundiais tanto

no plano das intenções (os documentos são resultado de negociações e de boicotes), quanto no da implementação das medidas.

3.2 DUAS GRANDES CONCEPÇÕES DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Nos debates atuais a respeito do desenvolvimento sustentável, duas alternativas antagônicas têm-se destacado. A primeira, tendo na sua base a categoria tempo, traduz-se em termos de “busca de ajustes para a preservação da base material do capital” (ACSELRAD, 1999, p. 41). Este modelo de desenvolvimento seria movido pela cadência dos processos temporais, ou seja, a inovação, a velocidade de circulação de informações, a atualização do conhecimento tecnológico, enfim, a competitividade ou a inserção nas dinâmicas da globalização. Trata-se de uma luta pela sustentação do modelo dominante de desenvolvimento, de modo que, com base nela, se *“tenta saber o que é preciso fazer para que se dê continuidade à desigualdade no modo de apropriação da base material das sociedades para que ela possa continuar sendo controlada por poucos atores, sendo em grande parte comandada por grandes interesses privados”* (ACSELRAD, 1999, p. 41).

No modo de produção capitalista, predominam as dinâmicas visando a produção extensiva ou em grande escala, a aceleração dos ritmos e a homogeneização dos espaços sociais e naturais. Nele, o moderno é sinônimo de grande velocidade, de modo que o lento é a expressão do atraso. Mas, ao mesmo tempo, o modo de produção capitalista combina de modo tenso o avançado com o atrasado, exatamente para favorecer a acumulação capitalista. Essa combinação tensa entre o moderno e o arcaico, ou entre avançado e atrasado, encontra a sua base de legitimidade na medida em que uma classe (a dos que detêm o capital) se transforma no cérebro e no coração de toda a sociedade, ao mesmo tempo em que transforma a outra classe em objeto de repulsa geral. Nessa perspectiva, ou na medida em que se supõe a subordinação dos sujeitos sociais à lógica econômica, o desenvolvimento humano e a própria cidadania transforma-se em resultado da competição, não sendo condição desta.

Ainda de acordo com este ponto de vista, a sociedade é constituída de múltiplos fatores, tais como a economia, a política, a religião, o trabalho, as tecnologias e a educação.

Num determinado momento histórico, um desses fatores torna-se determinante em detrimento dos demais. Ou, como assevera PAULA (2000), por um lado, ninguém sabe ao certo a “fórmula” do desenvolvimento, não se podendo assim atribuir a nenhum fator em particular a causa determinante para a sua promoção. Por outro, ele salienta, atualmente, pode-se constatar com certeza que onde as populações detêm mais habilidades, conhecimentos e competências, torna-se mais fácil desencadear processos de desenvolvimento. *“O capital humano é justamente este capital simbólico resultante das habilidades, conhecimentos, competências reunidos por uma dada população. Quanto maior o capital humano, maior é a capacidade de desenvolvimento”* (PAULA, 2000, p. 286).

Desse modo, o investimento massivo em “capital humano”, que se realiza através da capacitação (novo nome para a educação) ou do treinamento, aparece como a condição necessária do crescimento econômico e da competitividade de um determinado país e de indivíduos. Ou seja, num determinado local, a produção de capital humano produz desenvolvimento, que produz ainda mais capital humano, que se transforma em ingrediente essencial para o desenvolvimento nacional e global. Na perspectiva individual, a capacitação emerge como uma espécie de título para o ingresso no campo da cidadania, que é assim concebida como um resultado do desenvolvimento. A idéia de participação deve ser entendida nesse contexto. Ou seja, mais importante do que a participação é a competição, pois mais importante que o desenvolvimento humano é o desenvolvimento do capital.

Em oposição à corrente liberal, ACSELRAD (1999) sublinha que o debate a respeito do desenvolvimento precisa ser trazido para o campo das relações sociais e para as relações entre a sociedade e a natureza. Nessa perspectiva crítica, que tem em sua base a categoria de espaço, o desenvolvimento significa essencialmente a busca da sustentabilidade das formas sociais de apropriação e de uso dos recursos do ambiente. Significa também o resgate e a legitimação da luta social e dos diferentes modos de apropriação e uso da base material da sociedade. O motor da sociedade capitalista é a acumulação de capital, que tem como lugar essencial o espaço da produção, de modo que o desenvolvimento sustentável no interior do sistema capitalista, só tem sentido enquanto luta contra o capital.

Com base nessas idéias, desenha-se uma segunda perspectiva para se pensar o desenvolvimento sustentável. Em primeiro lugar, ele resulta, sobretudo, da cooperação entre os atores individuais e coletivos, e não da competição entre eles. Em segundo lugar, ao contrário do que se afirma na primeira concepção, a participação e a cidadania são condições do desenvolvimento, e não o seu resultado (ACSELRAD, 1999). Introduz-se assim a idéia da pluralidade de tempos sociais, ou a sua subordinação às dinâmicas espaciais, com o que se busca impor limites à intensificação dos ritmos de apropriação dos recursos territorializados. A regulação desses ritmos seria buscada via legitimação política da pluralidade de tempos e de sujeitos na luta pela apropriação dos territórios. No mundo rural, por exemplo, é estratégico o papel dos recursos territorializados: um modelo agrícola que preserve a fertilidade dos solos, cultive a biodiversidade e seu potencial genético; um novo padrão energético baseado em fontes alternativas e na descentralização; políticas públicas que reconheçam as especificidades locais e culturais. A inserção em dinâmicas de globalização caracterizar-se-ia pela interdependência sem dependência. A educação, e não a capacitação, constitui-se em elemento chave para a promoção de um desenvolvimento sustentável. E, enfim, os movimentos sociais são guindados ao centro do debate, de modo que se considera que só há verdadeiro desenvolvimento na medida os movimentos definem os rumos e os modos de produzi-lo.

3.3 TRÊS ESTRATÉGIAS PARA O DESENVOLVIMENTO

No nível da definição das estratégias de desenvolvimento, considerando de algum modo às abordagens teóricas fundadas nas categorias de tempo e espaço, destacaram-se três principais enfoques, cada um deles atribuindo prioridade a uma das três grandes dimensões da realidade: a econômica, a social e a política. Como se poderia desenhar esse quadro?

No entender de BECKER (2000)⁷, o processo de desenvolvimento contemporâneo vai além dessas concepções. Ele caracteriza-se por ser o resultado da síntese de dois processos contraditórios e, ao mesmo tempo, complementares: um, a transnacionalização dos espaços econômicos (globalização); outro, a regionalização dos espaços sociais

⁷ Toda esta parte do capítulo foi organizada seguindo as considerações propostas por BECKER (2000).

(localização). Nasceria assim um modo alternativo de se pensar e promover o desenvolvimento.

No primeiro caso, que dá origem à perspectiva econômico-corporativa do desenvolvimento, a hegemonia é exercida de fora para dentro e de acordo com os interesses econômico-corporativos, transnacionalizados e financeirizados. Esta concepção supõe a existência de um movimento geral de globalização, que se caracteriza pelo primado da economia e tem na competição o motor do desenvolvimento. Além disso, nessa perspectiva, analisa-se o particular com base em concepções globais; ou melhor, trata-se de pensar globalmente e agir localmente. Metodologicamente, nessa visão, um projeto de desenvolvimento envolve três momentos: 1) identificação das tendências globais; 2) com base nas tendências identificadas, diagnostica-se o desenvolvimento local; 3) tendo em mãos o diagnóstico, formula-se estratégias de ação.

Conforme Becker, as limitações desse modelo são evidentes. Ao apropriar-se detalhadamente da realidade, ao analisá-la nas suas múltiplas formas e ao rastrear os seus nexos internos, tudo isso com base num modelo dado *a priori*, a vida material acaba sendo expressa de modo ideal. Através dessa abordagem não se percebe que a realidade local “é a síntese de muitas determinações” ou a unidade do diverso. Em outros termos, de acordo com essa perspectiva, só existe um modelo de desenvolvimento ou uma única receita para desenvolver um determinado lugar.

No segundo caso, da regionalização dos espaços sociais, deparamo-nos com a reação sócio-ambiental do desenvolvimento, uma espécie de contra-hegemonia exercida de dentro para fora e de acordo com os interesses sociais e ambientais dos agentes do desenvolvimento no lugar. Esse modelo caracteriza-se pela defesa dos recursos culturais e ambientais (naturais) e pela busca de opções sócio-ambientais de sobrevivência ao processo de globalização (análise do universal a partir do particular). Ou seja, as iniciativas dos agentes do desenvolvimento se caracterizam pela resistência, pela defesa dos interesses sócio-ambientais regionalizados. No entanto, poderão ocorrer, dependendo da tradição de cada lugar, ações ativas e cooperadas dos agentes locais-regionais.

Esse processo funda-se na cooperação entre os agentes do desenvolvimento da região. Ele define, assim, a capacidade de articulação autônoma dos interesses sócio-ambientais regionalizados e destes com os interesses econômico-corporativos

transnacionalizados. É nesse desabrochar dos interesses sócio-ambientais regionalizados que afloram as diferenças culturais e as diversidades ambientais como vantagens e trunfos dos múltiplos espaços e escalas geográficas. Essas vantagens e trunfos tornam-se potencialidades diferenciadas e diferenciadoras do processo de desenvolvimento local-regional. Abrem-se assim, também, as possibilidades para o surgimento de diversas utopias.

Metodologicamente, este modelo compreende três fases distintas. Na primeira, faz-se a descrição e a caracterização da economia política do processo de desenvolvimento local-regional. No segundo, com base na descrição, analisa-se a caracterização, com o que se produz um conhecimento do desenvolvimento local-regional, criticando o desenvolvimento global. Finalmente, após identificar e analisar as contratendências, propõe-se às correções de rota do desenvolvimento local-regional, as linhas de ação para as comunidades locais-regionais, as opções de inserção da economia local-regional no processo de desenvolvimento global.

Esse modelo de abordagem também tem os seus problemas. Primeiro, ele padece de miopia; ao partir do local, ele não consegue visualizar toda a complexidade e os desafios do desenvolvimento contemporâneo, principalmente as fortes imposições dos processos de globalização. Segundo, ele carece de instrumentos técnicos capazes de fornecer uma análise qualitativa da realidade local, como a construção de indicadores sociais e ambientais.

Nesses termos, afirma Becker em oposição à tese defendida por Bobbio, a síntese só será real e possível na medida em que ela permitir a emergência de um modelo próprio e específico de desenvolvimento do lugar. Dito de outro modo, a síntese resultará da capacidade dos agentes regionais (econômicos, sociais e políticos) em articular os interesses locais em interesses sócio-ambientais regionalizados, e sobre essa articulação, construir um modelo específico de inserção diferenciada e diferenciadora e, portanto, alternativa, do local no desenvolvimento global.

Assim, de acordo com Becker, a terceira via para o desenvolvimento nasceria da articulação das duas perspectivas (econômica e social), de modo que se possa, ao mesmo tempo, pensar global e agir localmente, e também o contrário. Ou seja, se o primeiro modelo (da globalização) configura a ação econômica e o segundo (da localização) conforma a ação social, é preciso inventar um terceiro modelo que constitua a mediação política entre estes dois pólos. Como fazer isso?

Para resolver o problema, Becker apela para Polanyi e, em seguida, para Gramsci. De acordo com Polanyi, o primado da economia e a crença no mercado capitalista auto-regulável levam inevitavelmente à autodestruição da civilização. Em outros termos, *“uma tal instituição não poderia existir em qualquer tempo sem aniquilar a substância humana e natural da sociedade; ela teria destruído fisicamente o homem e transformado seu ambiente num deserto”* (POLANYI, 1980: 23). Para evitar esta destruição, afirma Polanyi, a sociedade teria que tomar medidas para se proteger, com o que reafirmaria os valores essenciais da vida humana, o que seria feito através da regulação social dos mercados.

Mas é com Gramsci que a esfera da política entra como mediação e, em consequência, como esfera-espço de superação da contradição básica entre o mercado auto-regulável e a autoproteção da sociedade. Ao trabalhar com o conceito de bloco histórico como totalidade dialética cuja superestrutura abarca a sociedade civil e a sociedade política, e na sua estrutura baseia as focas materiais (economia) e sociais de produção (sociedade), Gramsci engloba num só conjunto as três principais esferas do desenvolvimento moderno: econômica, social e política. Ao mesmo tempo, ele define o intelectual orgânico como agente político e principal mediador das múltiplas relações do bloco histórico. Ou seja, o bloco histórico constitui uma totalidade dialética, dinâmica e orgânica. Nesse sentido, a determinação pode ter origem tanto na estrutura quanto na superestrutura.

Em síntese, de acordo com Becker, o ponto de partida das articulações é o local. A partir dele, ocorrem múltiplas determinações com múltiplos sentidos, de modo que o desenvolvimento compreende três principais dimensões: 1) a dimensão econômica (a dimensão da competição ou o movimento da globalização, medida por indicadores econômico-corporativos); 2) a dimensão social e ambiental (o contramovimento ou a reação social local medida por indicadores sócio-ambientais ou a sustentabilidade); 3) a mediação política (a flexibilização, medida por indicadores político-institucionais).

4 MOVIMENTOS SOCIAIS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O desenvolvimento sustentável supõe os movimentos sociais como seu impulsionador, de modo que o Estado e o mercado são deslocados para posições subordinadas. Nesse sentido, entende-se que o desenvolvimento sustentável é, ao mesmo tempo, refundador da sociedade e da política. Como é que isso se opera nos processos reais? Ou seja, como os movimentos sociais contribuem na produção do desenvolvimento sustentável? De modo geral, entende-se o desenvolvimento sustentável como um processo eminentemente social e político, no sentido que o seu impulso tem como base os movimentos de invenção e de emancipação que são produzidos no seio da própria sociedade.

4.1 O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL É REFUNDADOR DA SOCIEDADE

Durante as últimas décadas, mais que nunca na história do liberalismo, concebeu-se o desenvolvimento como uma evolução natural que requer essencialmente livrar de qualquer constrangimento as forças do mercado. Propõe-se assim um modelo uniformizador, homogeneizante, do desenvolvimento, que necessita, para o seu sucesso, de um consenso geral fundado nas idéias de colaboração e de confiança. De acordo com FUKUYAMA (1996), as propensões para o desenvolvimento guardam uma relação profunda com o grau de confiança que existe no seio da própria população. Este é, como afirmou BECKER (2000), o desenvolvimento na sua versão econômico-corporativa.

No entanto, ao se conceber o desenvolvimento sustentável como um problema eminentemente social e, nesse sentido, como um processo que tem por base sujeitos marcados por diferenças, aponta-se também para a idéia de que todo consenso prévio é uma forma de negação ou, pelo menos, de inibição da possibilidade de sua construção. Neste sentido, entende-se que o espaço local, ou o espaço onde predominam as relações de reciprocidade, é o lugar por excelência da manifestação e do reconhecimento da diferença, bem como da negociação ou da construção social de acordos. Supõe-se assim, como princípio, primeiro, o reconhecimento da existência, em cada momento histórico e em cada

lugar no mundo, de diferentes possibilidades de configurações na apropriação dos espaços, com diferentes formas de distribuição das atividades políticas, sociais e econômicas; segundo, que o desenvolvimento tem como centro as pessoas como elas são, na sua complexidade e na sua plenitude, de modo que a cidadania – uma das dimensões dos sujeitos individuais – é um pressuposto essencial do desenvolvimento; terceiro, que os sujeitos externos, como o Estado, são coadjuvantes e não essenciais na construção do desenvolvimento, e que precisam ser recriados no interior do novo modelo de desenvolvimento. Em outros termos, tem-se como princípio que o desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento local sustentável.

Na medida em que se entende que o desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento local sustentável, acredita-se que ele tem como lugar à comunidade e como mola propulsora à sociedade civil que, através de sua mobilização, gera movimentos sociais. O que são os movimentos sociais? O que impulsiona determinados indivíduos e grupos sociais para a criação e a participação em movimentos sociais? A partir de 1970, foram travados muitos debates em torno destas questões, dando origem a diversas respostas.

GOHN (1997, p. 251-252), por exemplo, concebe os movimentos sociais como espaços de criação da sociedade civil e, ao mesmo tempo, como expressões de poder na sociedade civil. Além disso, pelo fato de se desenvolverem em contextos marcados pela correlação de forças sociais, os movimentos sociais têm caráter eminentemente político e constituem-se como processos político-sociais. Ela os define, portanto, como “*ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos [...] que se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflito*”. Através delas, desenvolve-se “*um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir dos interesses em comum*”. A identidade coletiva é fundada no princípio da solidariedade e têm como base referencial uma série de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo. Por meio de sua ação, os movimentos são capazes de gerar “*uma série de inovações nas esferas pública (estatal e não estatal) e privada; participam direta ou indiretamente da luta política de um país, e contribuem para o desenvolvimento e a transformação da sociedade civil e política*”. Finalmente, os movimentos sociais participam da mudança histórica de um país, o que não impede que “o

caráter das transformações geradas poderá ser tanto progressista como conservador ou reacionário”.

Pensar o desenvolvimento sustentável nestes termos significa, essencialmente, subordiná-lo às dinâmicas que se produzem na sociedade civil, que por ser fundada na comunidade (local) constitui-se como na “síntese de múltiplas determinações”. Primeiro, cada comunidade é internamente diferenciada; segundo, entre uma comunidade e outra há, freqüentemente, abismos; terceiro, o desenvolvimento sustentável é assim, necessariamente, fundado em relações que são ao mesmo tempo de tensão e de cooperação. Ele realiza, em essência, os anseios articulados de cada comunidade em particular, de modo que é irreduzível a qualquer projeto globalizante ou consensualista. Nesse sentido, se olharmos para a conjuntura mundial atual, e também para a história dos últimos séculos, certamente, o desenvolvimento requer a recriação da própria sociedade, que é uma atribuição dos movimentos sociais.

4.2 O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL É REFUNDADOR DA POLÍTICA

O desenvolvimento sustentável é também uma construção política que tem por objetivo a criação de vida digna. Nesse sentido, ele identifica-se com vida digna (objetivo) e com luta por vida digna (estratégia). Ele tem como elemento central o ser humano, o único capaz de fazer política e, assim, de pensar e de buscar vida digna. De acordo com Aristóteles, a política funda-se na possibilidade do uso da palavra, de modo que a negação da fala é a negação da política. Enquanto os animais, através de seus gritos, manifestam sentimentos como os de dor e de prazer, os seres humanos, através da fala, distinguem o justo do injusto. Mas, ainda de acordo com Aristóteles⁸, na medida em que as nossas sociedades são plurais e desiguais, o justo e o injusto também são definidos em termos distintos pelos diferentes sujeitos, indivíduos e grupos sociais. O justo para um, na sua materialidade específica, não é necessariamente o justo para outro. Nesse sentido, o justo

⁸ De Aristóteles, neste trabalho, interessa-nos a obra Política (ver: Aristóteles. Coleção «Os Pensadores», São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda., 1999). Para análises da obra política de Aristóteles, ver: Rancière, Jacques. **O desentendimento. Política e filosofia** Trad. Ângela Leite Lopes. São Paulo: Ed. 34, 1996; Arendt, Hannah. **Da Revolução**. São Paulo: Atica; Brasília: Editora UNB, 1988.

deixa de ser identificado como resultado de uma soma ou de cálculos aritméticos; ele identifica-se com vida digna ou, na visão de HELLER (1998), com vida boa, que se situa além da justiça (sociopolítica e jurídica).

Nesses termos, o desenvolvimento significa participação. Mas, o que é a participação? TEIXEIRA (2001) distingue, neste campo da política, a participação orientada para a expressão (de caráter mais simbólico, ela caracteriza-se pelo fato de marcar presença na cena política) da participação orientada para a decisão (ela caracteriza-se pela intervenção, de forma organizada, não episódica, nos processos decisórios). Mas, numa perspectiva aristotélica, se a política é, num primeiro nível, a expressão da fala (do dizer, do pronunciar ou do distinguir o que é justo do que é injusto) e, num segundo nível, escolha ou decisão, ou como a busca efetiva da justiça, no terceiro nível, mais profundo, ela se expressa como realização da justiça. Ou seja, como sublinha RANCIÈRE (1996), a política é, em última instância, a repartição das partes entre os sem parte. Ela implica, neste sentido, na participação na distinção entre o que é justo e o que é injusto, na tomada de decisões e, também, na efetivação da repartição das parcelas ou da construção da *polis* (cidade). A política compreende, assim, uma dimensão prática, a própria ação humana que constrói o mundo, além da expressão e da tomada de decisão.

Ora, numa sociedade desigual como a brasileira, onde uns poucos têm muito e a maioria nada tem, ao definirmos a política como, em última instância, repartição dos bens, primeiro, estamos também dizendo que acreditamos que ela não interessa para os que têm e sim para os que não têm. O próprio Aristóteles já alertava neste sentido, afirmando que a política é, essencialmente, um atributo dos que não têm títulos (bens) ao apresentar-se na agora (praça pública). Para os que controlam as partes ou os bens da sociedade, o que interessa é continuar controlando esses bens ou, em outros termos, fazer a não política ou anular a própria política. No sistema capitalista, que tem como motor a acumulação, mais do que controlar os bens que já possuem, para os que detêm a propriedade do capital, o mais importante é criar mecanismos para aumentar ainda mais as suas parcelas de bens.

Ao se entender o desenvolvimento como uma questão política, entende-se, primeiro, que ele se materializa através da participação popular que tem como ponto de chegada à repartição das partes entre os sem parte; segundo, que para haver desenvolvimento, é necessário recriar a política. Nestes termos, o desenvolvimento deixa de ser, na realidade do

mundo atual, um anseio geral e, sobretudo, um problema do capital, para transformar-se no desejo dos que carecem de justiça ou dos que estão excluídos da repartição das partes. Se tomarmos como base o pensamento de Ernst Bloch⁹, acredita-se que o desenvolvimento ou a justiça funda-se ao mesmo tempo na fome (injustiça, carência) e na tomada de consciência da existência dessa fome, o que impulsiona o ser humano e gera a esperança de que a situação de fome poderá ser superada. No entanto, alerta Bloch, há fomes e fomes, esperanças e esperanças. Disso decorre que, para quem tem fome biológica, certamente a questão do desenvolvimento tende a traduzir-se de modo diferente do que ocorre para aquele que já superou este tipo de fome.

4.3 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: COOPERAÇÃO E EXPERIMENTALISMO

Ao se considerar os movimentos sociais e a participação política como os fundamentos do desenvolvimento sustentável, considera-se também que ele é construído com base em relações sociais de cooperação ou de solidariedade. Com isso, por um lado, rompe-se como a perspectiva atualmente dominante segundo a qual o desenvolvimento significa o aumento da capacidade competitiva dos atores envolvidos e, por outro, funda-se uma nova cultura, uma nova sociabilidade e uma nova economia solidárias¹⁰. A cooperação, ao contrário da competição, reconhece a pluralidade de tempos e de ritmos sociais, supõe o respeito às diferenças e provoca a emergência de novas redes e de novas organizações que, a partir de determinados locais, abrem-se para outras, dando origem a novas tramas e a novos mundos.

No entanto, frequentemente, os movimentos sociais transformam-se em organizações mais ou menos institucionalizadas, com estruturas e hierarquias mais ou menos rígidas, perdendo assim o seu caráter de movimento ou tornando-se independentes com relação a eles. Emerge, assim, um verdadeiro campo de tensões opondo movimentos e

⁹ Ler, nesse sentido: ALBORNOZ, Suzana. **Ética e utopia – ensaio sobre Ernst Bloch**. Porto Alegre: Movimento, 1985.

¹⁰ A respeito disso, ler principalmente: SINGER, Paul *et al.* (Org.). **Economia solidária no Brasil**. A autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000; SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). **Produzir para viver. Os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

organizações, que é uma das expressões da tensão dialética que existe entre regulação (contrato) social e emancipação social. A história moderna foi, de modo quase absoluto, a história de um contrato social que subordinou a emancipação à regulação. No entanto, apesar de o ambiente sócio-político e cultural ter solicitado e impelido quase sem restrições os movimentos sociais para a sua institucionalização, tornado-os desse modo prisioneiros do sistema, freqüentemente, outras forças pressionaram no sentido da não institucionalização, o que contribuiu para a transformação de muitos movimentos em laboratórios de experiências alternativas de desenvolvimento.

Além do seu caráter cooperativo, os movimentos sociais, por serem abertos ou não subordinados a sistemas de regulação, configuram-se também como espaços de desenvolvimento de experiências¹¹. O que gera esse impulso criador dos movimentos sociais? Acredita-se que a existência de cenários políticos externos favoráveis tende a contribuir para a expressão dos movimentos sociais; acredita-se também que os movimentos são expressões de experiências de sujeitos sociais determinados. “*As estruturas de oportunidades políticas são sinais para atores sociais ou políticos encorajarem-se, ou não, para o uso de seus recursos internos a fim de formar movimentos sociais*” (TARROW *apud* GOHN, 1997: 100). Conforme TARROW *apud* GOHN, 1997: 100, portanto, os movimentos sociais são “*desafios coletivos construídos por pessoas solidárias e com propósitos comuns (...)*” (Idem, 101).

Nesse sentido, segundo GOHN (1997), os movimentos são considerados como respostas a incitamentos externos. No entanto, sublinha a autora, para além desse neo-utilitarismo e neo-skinnerianismo, é preciso considerar a importância primordial das experiências dos sujeitos, que combinam, nas suas estruturas, além dos chamados *frames* (marcos referenciais significativos e estratégicos da ação coletiva, ou representações sociais e individuais historicamente construídas), um certo número de conhecimentos ou saberes tácitos. Nesta perspectiva, define-se o desenvolvimento como uma práxis, no sentido que articula, de modo permanente, a prática, os saberes práticos, as experiências práticas dos diversos participantes, com a significação e a ressignificação destas práticas e experiências,

¹¹ Para a definição de experiência, ver: FAVERO, Celso Antonio. *Évolution de la dynamique socio-politique des agriculteurs et de leurs organisations dans le contexte de l'ALENA et du MERCOSUL*: les cas du Québec (Canada) et du Sud-Ouest du Parana (Brésil). Thèse de doctorat. Montréal. UQAM, 1997; FAVERO, Celso Antonio. *A globalização e as novas experiências dos agricultores*. In: caderno CRH, n. 28, p. 27-57, Jan./Jun. 1998.

o aprender permanente, o inventar. O verdadeiro processo de desenvolvimento não se deixa aprisionar por práticas, ideologias, tempos. Ele articula o presente com o passado das gentes que o constroem e abre-se para o futuro como esperança permanente. Ele emerge como sonho de vida digna ou de vida boa (HELLER, 1998), e como busca de caminhos para promover esta justiça.

É nesse sentido que o desenvolvimento define-se como sustentável, processual, uma construção permanente de sujeitos locais e da dignidade destes sujeitos. A sustentabilidade é, ao mesmo tempo, cultural, política, econômica e social. O processo de desenvolvimento tem como efeito um processo de empoderamento das comunidades locais, ou, num outro sentido, de descoberta e consolidação dos poderes dos indivíduos e dos grupos sociais num mundo construído com base na idéia de cooperação. Ele articula, desse modo, o aprender e o fazer permanentes e dialeticamente articulados. Ele supõe a criação de um novo pacto político ou de um acordo antineoliberal, que implica na reforma do Estado. Ele supõe ainda a própria reestruturação do sistema de valoração dos diferentes tipos de trabalho na sua estrutura geral. O desenvolvimento considera a interdependência entre sujeitos, espaços e ações, não em termos de gradação, mas como diferença. Ele é essencialmente plural, do mesmo modo que o ser humano é por natureza complexo e multidimensional, onde, pelo menos em princípio, não há uma hierarquia pré-determinada de relações entre as dimensões econômicas, social, política, cultural e ambiental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento é um modo ou uma estratégia de grupos sociais (dimensão cooperativa) que, através de seus movimentos, experimentam e buscam construir vida digna. Nestes termos, há desenvolvimento na medida em que se tende a reforçar, no campo de tensões que estruturam a modernidade, os pólos da emancipação contra a regulação, a sociedade civil contra o Estado e o local contra o global. O desenvolvimento resulta também do reforço da Comunidade como espaço (lugar) de sua construção, de modo que o Estado e o mercado tornam-se subsidiários dela, o que requer que sejam profundamente transformados (recriação da sociedade e da política). Mas, enfim, quatro dimensões

estruturam e impulsionam a idéia de desenvolvimento: a mobilização, a participação, a cooperação e a ação coletiva.

Cada experiência de desenvolvimento é única, no sentido que considera a realidade material e os modos locais como esta é representada, bem como os anseios das populações envolvidas. Assim, ao se considerar como exemplo o Brasil, pode-se imaginar que, em termos estratégicos, o desenvolvimento pode ser definido a partir da estruturação de quatro eixos básicos: 1) a construção de um sistema de segurança alimentar como patamar necessário para a luta por vida digna, 2) a promoção de uma cultura fundada nas idéias de pluralidade (de gênero, de raças, etc.) e de participação (a cada um a parte que lhe cabe); 3) a construção de uma economia solidária ou cooperativa, 4) o empoderamento das populações locais (recursos produtivos).

Mas, enfim, após este percurso, convém talvez recolocar as perguntas que nos guiaram e que são, inclusive, as perguntas clássicas sobre o desenvolvimento. O que é o desenvolvimento? Quem é o sujeito do desenvolvimento? Quem é o beneficiário do desenvolvimento? E, especificamente para este trabalho, cabe perguntar: qual é o significado dos movimentos sociais no desenvolvimento?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDDT, Hannah. *Da Revolução*. São Paulo: Atica; Brasília: Editora UNB, 1988.

ACSELRAD, Henri. **Sustentabilidade e desenvolvimento: modelos, processos e relações**. In: FASE. *Cadernos de Debate Brasil Sustentável e Democrático*, n. 5. Rio de Janeiro, 1999.

ALBORNOZ, Suzana. **Ética e utopia – ensaio sobre Ernst Bloch**. Porto Alegre: Movimento, 1985.

BARBIERI, José Carlos. **Desenvolvimento e meio ambiente**. As estratégias de mudanças da Agenda 21. Petrópolis: Vozes, 1997.

BECKER, Dinizar. Prefácio. Os velhos e os novos desafios lógico-metodológicos na análise do desenvolvimento local-regional. In: DALLABRIDA, Valdir Roque. (Org.) **O desenvolvimento regional: necessidade de novos paradigmas**. Ijuí: Ed. UNIJUI, 2000. P. 9-23.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Cinquenta anos de pensamento da CEPAL**. v. 1 e 2. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2000.

CHOR MAIO, Marcos; VILLAS BÔAS, Gláucia (Org.). **Ideais de modernidade e sociologia no Brasil. Ensaio sobre Luis de Aguiar costa Pinto**. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, 1999.

COSTA PINTO, L. A. **Sociologia e Desenvolvimento: Temas e problemas de nosso tempo**. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

COSTA PINTO, L. A. **Desenvolvimento econômico e transição social**. 2ª Ed. Revista e ampliada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

EHLERS, Eduardo. **Agricultura sustentável: Origens e perspectivas de um novo paradigma**. 2. Ed. Guaíba: Agropecuária, 1999.

FAVERO, Celso Antonio. **Évolution de la dynamique socio-politique des agriculteurs et de leurs organisations dans le contexte de l'ALENA et du MERCOSUL**: les cas du Québec (Canada) et du Sud-Ouest du Parana (Brésil). Thèse de doctorat. Montréal. UQAM, 1997.

FAVERO, Celso Antonio. **A globalização e as novas experiências dos agricultores**. In: caderno CRH, n. 28, p. 27-57, Jan./Jun. 1998.

FAVERO, Celso Antonio; RODRIGUES DOS SANTOS, Stella. **Semi-árido: fome, esperança, vida digna**. Salvador: UNEB, 2002.

FERNANDES, Florestan. **Mudanças sociais no Brasil: Aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira**. 3 ed. S. Paulo/Rio de Janeiro: DIFEL, 1979.

FUKUYAMA, Francis. **Confiança: As virtudes sociais e a criação da prosperidade**. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997.

GOUSSAULT, Yves e GUICHAOUA, Andre. La sociologie du développement. In: DURAND, Jean-Pierre e WEIL, Robert. **Sociologie contemporaine**. Paris: Vigot, 1994. p.395-414.

HELLER, Agnes. **Além da justiça**. Tradução: Savannah Hartmann. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

LAMPEDUSA, Tomasi di. **O Leopardo**. Porto Alegre: L&PM Editores, 1983.

OLIVEIRA, Francisco de. **A economia brasileira: crítica à razão dualista**. Petrópolis: Vozes, 1987.

PAULA, Juarez de. Uma agenda para o Brasil. In. PNUD – Programa Regional de Estratégias de Desenvolvimento Local Sustentável – Projeto PNUD-BRA/98/017. Agenda de Desenvolvimento humano e sustentável para o Brasil do século XXI. Relatório final. Brasília: Athalaia Gráfica e Editora Ltda. 2000. P. 283-293.

PNUD – Programa Regional de Estratégias de Desenvolvimento Local Sustentável – Projeto PNUD-BRA/98/017. Agenda de Desenvolvimento humano e sustentável para o Brasil do século XXI. Relatório final. Brasília: Athalaia Gráfica e Editora Ltda. 2000.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens da nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento: política e filosofia**. Trad. Ângela Leite Lopes. São Paulo: Ed. 34, 1996.

RIST, Gilbert. **Le développement: Histoire d'une croyance occidentale**. Paris: Presses de Sciences Politiques. 1996.

SANTOS, Boaventura de Sousa. As tensões da modernidade. Disponível em: <<http://www.forumsocialmundial.org.br>>. Acesso em: 26/06/2002a.

SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). *Produzir para viver. Os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002b.

SINGER, Paul *et al.* (Org.) **Economia solidária no Brasil**. A autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O local e o global. Limites e desafios da participação cidadã**. São Paulo: Cortez; Recife: Equip; Salvador: UFBA, 2001.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The Modern World-System**. San Diego: Academy Press, 1989.